

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento, através da comunicação social, de que na passada sexta-feira, dia 10 de julho, uma idosa terá recebido alta do Hospital de Cascais, sem que a família fosse notificada da mesma. A utente em questão, doente de Alzheimer, terá depois desaparecido, tendo, lamentavelmente, sido encontrada morta junto a um viaduto da A5.

A mulher de 66 anos, tinha dado entrada no hospital de Cascais para uma consulta, acompanhada pelo marido. A utente deu entrada nas urgências e o seu marido, impedido de entrar, deixou a paciente aos cuidados do Hospital de Cascais, tendo depois ficado a aguardar indicações em casa.

Acontece que, no sábado, ainda sem informações sobre o paradeiro da senhora, a família contactou o hospital tendo sido informada da alta hospitalar. Esteve desaparecida até à passada terça-feira, altura em que encontraram o corpo. Outra questão preocupante é que, estando esta doente diagnosticada com Alzheimer, como é possível justificar o impedimento de acompanhar a utente imposto ao marido?

Ora, perante este lamentável caso, é da maior importância entender os motivos pelos quais a família da utente não foi notificada da alta, tendo a senhora ficado entregue a si própria.

O Hospital de Cascais, uma PPP gerida pela Lusíadas Saúde, deve, por isso, esclarecer toda e qualquer situação relativamente a este caso. Não podemos aceitar uma desresponsabilização do hospital ou da entidade gestora perante este, ou outros, casos.

Posto isto, o Bloco de Esquerda defende que seja, de imediato, posta em curso uma ação inspetiva por parte da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) de forma a que seja possível entender os motivos que levaram o Hospital de Cascais a dar alta sem qualquer comunicação à família.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento da situação?
2. O que justificou a decisão de impedir o marido de acompanhar a utente?
3. Irá o Ministério da Saúde dar ordem para que seja realizada uma ação inspetiva por parte da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, de forma a que sejam apuradas as devidas responsabilidades?

Palácio de São Bento, 17 de julho de 2020

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)